

Idéia geral da evolução da filosofia da educação no Brasil

Antonio Paim

O projeto de investigação da filosofia brasileira da educação, com propósitos eminentemente elucidativos, é da autoria de Roque Spencer Maciel de Barros (1927/1999). Suas linhas fundamentais, estabeleceu-as ainda na década de cinquenta e ganham forma na tese, de 1959, *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. Com o grupo de pesquisadores que ajudou a formar na Faculdade de Educação da USP concebeu a Estante de História e Filosofia da Educação, na qual apareceram vários títulos, estimulando igualmente a elaboração de várias teses. As pesquisas lideradas por Roque Spencer Maciel de Barros foram posteriormente secundadas no Rio de Janeiro, da forma que indicarei.

Resumidamente, a principal contribuição de Roque Spencer Maciel de Barros está na identificação do que denominou de *mentalidade positivista*, completamente avessa à idéia de Universidade e, em geral, contrária à educação chamada de liberal. Essa mentalidade está plenamente estruturada nos decênios que antecederam à República. Na mesma fase, emerge o que Roque Spencer batizou de *germanismo pedagógico*, que viria mais tarde a se constituir num dos principais vetares da contraposição à mentalidade positivista no plano pedagógico. Estudos subseqüentes permitiram completar esse painel, notadamente a fixação do perfil do ensino secundário na mesma fase, através do magnífico estudo de Maria de Lourdes Mariotto Haidar (*O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo/USP, 1972).

As linhas fixadas por Roque Spencer Maciel de Barros tinham o propósito de estimular a criatividade dos que nelas se inspirassem e nunca estabelecer esquemas a serem fastidiosamente repetidos. Esse ponto de vista teria oportunidade de esclarecer nos seguintes termos: “O trabalho mono gráfico (u.) exige certas balizas gerais, certos parâmetros, certas hipóteses de trabalhos, para que o pesquisador daquele segmento que ele escolheu no tempo (obra, vida ou problema) não se perca na minúcia e, vendo por demais próxima a árvore, acabe por não perceber a floresta. Assim, obras monográficas e obras gerais exercem uma recíproca influência: a monografia corrige a visão genérica,

a visão geral enquadra melhor o segmento”. Balanceando sumariamente o que se fez nestes últimos 25 anos pode-se concluir que o projeto de Roque Spencer Maciel de Barros foi amplamente bem sucedido, bastando para comprová-lo as indicações apontadas adiante.

A investigação levada a cabo nesse período serviu para desvendar os antecedentes da mentalidade positivista. O ódio à Universidade e a suposição de que a ciência está pronta e acabada, cumprindo-nos tão somente assimilá-la e aplicá-la -, que é o fundamento básico de toda proposta de ensino profissional - seriam introduzidos na cultura luso-brasileira na fase das reformas pombalinas. A geração que fez a Independência havia sido formada na nova Universidade Pombalina, onde a idéia mestra era substituir o saber tradicional por aquele de índole operativa. Esse princípio fora estabelecido por Luiz Antonio Verney, na sua crítica arrasadora ao ensino escolástico, deste modo: “Eu suponho que a Filosofia é conhecer as coisas pelas suas causas.... saber qual é a verdadeira causa que faz subir a água na seringa é filosofia; conhecer a verdadeira causa porque a pólvora, acesa em uma mina, despedaça um grande penhasco é filosofia...” Verney acreditava que a tradição humanista era incompatível com o conhecimento quantitativo da natureza, quando a experiência de outros povos iria demonstrar justamente o contrário. Para enriquecer-se e frutificar, o conhecimento científico precisa de ambiente estimulador da pesquisa que só a educação liberal proporciona e que o ensino profissionalizante mata e estigmatiza.

À premissa simplória e falsa de Verney, a geração pombalina acresceu a convicção - haurida nas disputas entre Napoleão e a Universidade - de que o ensino superior podia fazer-se em estabelecimentos isolados, prescindindo de todo da Universidade. A partir de então o Brasil seguiu o modelo das *grandes escolas*. Mas a prova de que não se tratava simplesmente de copiar a experiência francesa, mas de colocá-la a serviço da própria tradição, está em que não se seguiu a França quando esta restaurou a Universidade nem o mestre Cousin - tão festejado em outras áreas - quando este a transformou num centro de saber estritamente laico e alheio às disputas religiosas.

Roque Spencer Maciel de Barros teve a intuição do papel desempenhado na sedimentação desse modelo pela Real Academia Militar. Quando as atenções de todos os estudiosos voltavam-se apenas para as Faculdades de Direito e as Escolas de Medicina, já colocara a Real Academia entre os seus interesses. É o primeiro a chamar a atenção para o fato do pioneirismo na acolhida de Augusto Comte - sobretudo como matemático e cientista, muito antes da pregação sociológica ali suscitada por Benjamin

Constant - ao nos dar notícia das teses da década de cinquenta nos artigos que publicou em *O Estado de S. Paulo*, em dezembro de 1957.

Assim, quando Anísio Teixeira, na inauguração solene dos cursos da Universidade do distrito Federal, a 31 de julho de 1935, exclama que este nosso país “não é, positivamente, a pátria das Universidades”, mas “o país que deu às suas escolas uma organização tão fechada e tão limitada que substituiu a cultura por duas ou três profissões práticas, é o país em que a educação, por isso mesmo, se transformou em título para ganhar um emprego”, ao fazê-lo, na verdade, o mestre baiano está advertindo para uma tradição mais que secular, iniciada com as reformas de 1772, sedimentada no Brasil pela ação de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no primeiro governo de D. João VI no Rio de Janeiro e consolidada por uma longa prática, reforçada no período republicano pela pregação positivista. Não é só a Igreja Positivista ou Teixeira Mendes que investem contra a instituição. Eis a forma pela qual o positivista ilustrado Luiz Pereira Barreto caracteriza a Universidade: “Aí se ensina a idolatrar o passado e a abominar o presente. Mas também que existe um Deus, que existem muitos, que não existe nenhum. Todas as contradições, todos os disparates aí encontram uma cadeira assalariada, um abrigo seguro e uma retórica certa. Trata-se, portanto, de um *verdadeiro flagelo social*”.

O fato da denúncia de Anísio Teixeira requeria, entretanto, que o solo tivesse sido trabalhado por outras forças. E aqui emerge a significação do germanismo pedagógico, significação para a qual Roque Spencer Maciel de Barros advertiu durante largo período como uma voz isolada. Foi a evidência de que a Universidade alemã se tomara, na segunda metade do século XIX, o grande centro de investigação científica, a verdadeira pátria da química, associada à difusão da advertência de que a ciência não estava feita, oriunda de homens como Amoroso Costa, que fez eclodir o movimento da Associação Brasileira de Educação, em prol da Universidade, nos anos vinte. Tive oportunidade de caracterizar esse movimento no livro *A UDF e a idéia de Universidade* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981).

Acerca do germanismo pedagógico, além das indicações constantes do livro *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*, Roque Spencer Maciel de Barros orientou a tese de Terezinha Alves Ferreira Collichio (*A contribuição de Joaquim Teixeira de Macedo para o pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1976) onde a sua presença é estabelecida com maior amplitude.

Teixeira de Macedo (1823-1888) foi um entusiasta do modelo educacional alemão e ao tema dedicou vários livros - *A instrução pública na Prússia* (1871); *O ensino normal primário na Prússia* (1875); *Breves apontamentos para o estudo das questões relativas ao ensino normal e primário e a educação popular, coligidos de várias publicações em língua alemã* (1876) e *Novos apontamentos de origem alemã para o estudo das questões relativas à educação nacional* (1880). É marcante a presença de Teixeira de Macedo e do germanismo pedagógico na Exposição Pedagógica de 1883, realizada no Rio de Janeiro, cujos documentos estão estudados na tese em apreço. O movimento tem, pois, uma grande densidade que não se pode ignorar ou obscurecer.

Sabe-se que a atuação da ABE - em que pese o fato de estribar-se na tradição contraposta à mentalidade positivista, fixada pelo germanismo pedagógico - não chegou a inverter o processo e a Universidade brasileira, criada há cinquenta anos, acabou colocada a serviço do ensino profissional. A rigor, portanto, nunca tivemos tradição humanista em nosso ensino superior. E quanto àquela que os ecléticos conseguiram fixar no Pedro II e nos Liceus Estaduais, ao longo do Império, conseguindo sobreviver na República Velha, acabaria sendo abandonada neste pós-guerra, quando o curso colegial foi inteiramente afeiçoado ao ensino ministrado numa universidade profissionalizante, agora massificada.

Nesta oportunidade gostaria ainda de chamar a atenção para uma hipótese de grande valor heurístico relativa ao que seriam o cerne e o elemento definidor da Escola Nova, devida à prof.^a Fátima Cunha Ferreira Pinto, em sua tese de doutorado (*Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1984). Segundo essa hipótese, o sentido principal desse movimento é dado pela intenção de proceder ao desdobramento da proposta liberal, para torná-la conseqüente e levá-la ao plano pedagógico, fazendo nascer a educação a serviço da cidadania. Para comprovar sua hipótese, a autora irá reconstituir a situação do ideário liberal nos anos vinte, que veio a ser inteiramente obscurecido pela derrota esmagadora experimentada na década de trinta, quando os segmentos autoritários dominam a cena política. Segundo esse levantamento, evidencia-se que a elite política acompanhou o processo de democratização da idéia liberal - e até soube enxergar a importância da questão social, consoante tem advertido insistentemente Evaristo de Moraes Filho. Aos que viveram esse tempo, inclusive o grande sucesso alcançado pela ABE, a idéia liberal aparecia como algo fecundo e promissor, destinado a um grande futuro. Se foram derrotados é que subestimaram as forças da tradição. Nem por isto seu idealismo deixava de estar

apoiado em forças sociais expressivas - sendo desse conjunto a derrota e não dos intelectuais tomados isoladamente.

A hipótese de Fátima Cunha Ferreira Pinto fornece certamente uma diretriz para o reestudo da Escola Nova, que acabaria sendo considerada como uma simples proposta de renovação dos métodos pedagógicos. Serve também como uma advertência para os que, pretendendo ser herdeiros do liberalismo, em nossos dias, minimizam a significação de sua dimensão educacional.

Os investigadores da idéia de Universidade no Brasil (entre os quais nos incluímos eu próprio e Roque Spencer) havíamos mobilizado elementos de convicção quanto à preferência por estabelecimentos isolados, evidenciada pela geração que se formou após a reforma de Pombal. Assim, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que não escondia a fidelidade ao legado pombalino, tratou no Brasil de implantar a Real Academia Militar, ao que se seguiu a consolidação das duas Escolas de Medicina e, ainda, durante a permanência de D. João VI entre nós, a vinda da Missão Artística Francesa para organizar a Escola de Belas Artes. Se bem que fossem conhecidos os projetos tendentes a introduzir aquela instituição, do mesmo modo que a referência genérica constante na Constituição de 1824, a prevalência das faculdades isoladas veio a ser a nota exclusiva. A pesquisa desenvolvida por Maria da Graça Lisboa faculta uma compreensão mais apropriada desse desfecho, no livro *Paradigmas da idéia de Universidade no Brasil* (1992).

Balanceando o debate que teve curso na Assembléia Constituinte, a autora consegue evidenciar duas coisas: 1ª) a elite emergente não comungava dos mesmos propósitos de D. Rodrigo e manifestava uma nítida preferência pelo modelo pombalino de Universidade, isto é, uma instituição formada em torno da Faculdade de Filosofia Natural, vale dizer, tendo à ciência aplicada como elemento catalisador; e, 2ª) a desistência da idéia de Universidade parece ter sido uma decorrência da compreensão de que a unidade nacional revela-se extremamente frágil. Essa hipótese, aventada por Maria da Graça Lisboa, acha-se muito bem documentada. É de fato impressionante como se acirram as rivalidades. Os deputados não se contentam em reivindicar a Universidade para a sua província, mas tratam imediatamente de denegrir o pretendente em evidência. Maria da Graça Lisboa localizou no Arquivo Nacional manuscrito de um projeto de Universidade, da época da Assembléia Constituinte, onde é nítida a preferência pelo modelo pombalino, o que em muito reforça a tese. Destaca ainda que a argumentação produzida no Conselho de Estado, de que resultou a organização dos

Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda (Lei de 11 de agosto de 1827), é eminentemente de ordem prática, enfatizando-se ser “da maior urgência acautelar a notória falta de bacharéis formados para os lugares da Magistratura”.

Transcrevo o enunciado da própria autora, que me parece amplamente documentado: “A elite brasileira - ou pelo menos uma parte importante dela - não se filiava ao modelo da chamada geração pombalina, levada à prática por Dom Rodrigo.

Aqui também a elite brasileira mostrar-se-ia independente. Há elementos que indicam que ela queria de fato a Universidade. E não só isto. Inclina-se por um modelo assemelhado ao que resultou da Reforma de 1772. Documento localizado durante a pesquisa revela na Faculdade de Filosofia, destinada a formar naturalistas, o cerne da nova instituição, como ocorria na Reforma Pombalina.

Se é assim, por que acabou prevalecendo o modelos dos estabelecimentos isolados?

A resposta pode ser encontrada na discussão travada na Assembléia Constituinte. Vê-se ali como era precária a unidade nacional. Como o tema da Universidade servia para acirrar a rivalidade entre as províncias. Não contentes em pleitear a Universidade para a sua província, os deputados denegriam a província cogitada. Alegou-se, por exemplo, que a antiga Capital, a Cidade de Salvador, seria uma “cloaca de vícios”. Como o Rio de Janeiro já tinha um começo mais adiantado, os cursos existentes sofreram violento ataque. Enfim, acirraram-se os ânimos”.

Maria da Graça Lisboa passa em revista os estudos recentes relacionados ao tema, desenvolvidos tanto no Brasil como em Portugal, o que enriquece sobremaneira a sua pesquisa.

Outra descoberta expressiva da autora é a localização do manuscrito do projeto de Universidade do Visconde de Goyana, do ano de 1847, onde é nítida a influência da obra então desenvolvida na França por Victor Cousin na condição de Ministro da Instrução Pública, mas também de chefe da Escola Eclética, que tanto sucesso viria a alcançar em nosso país.

Outra contribuição apreciável encontra-se na tese de Maria de Jesus Medeiros Muniz - *Fundamentos filosóficos da Reforma Benjamin Constant*, PUC-RJ, 1978 - onde identifica a continuidade do cientificismo, a que aludimos.

Parece evidente que a feição renovada de que a filosofia brasileira da educação veio a revestir-se, graças aos estudos antes resumidos, não conseguiu introduzir

nenhuma alteração em nosso panorama educacional. O que em nada desmerece a sua significação.

(Transcrito de *Intérpretes da filosofia brasileira* (Vol. I dos *Estudos complementares à História das Idéias Filosóficas no Brasil*) págs. 178-184.

www.institutodehumanidades.com.br/OBRAS